

**A MORAL DA VONTADE DE PODER EM
NIETZSCHE**

SEGUIDO DE ANTI-DELEUZE

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2026 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Dayanne Leal Souza

Bibliotecária CRB 9/2162

S237m Santos, João Wilson Sobral
2026 A moral da vontade de poder em Nietzsche: seguido de Anti-Deleuze /
João Wilson Sobral Santos. – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2026.
312 p. ; 23 cm. – (Coleção Ciências Sociais).

Inclui referências.
ISBN 978-65-250-9062-7

1. Nietzsche. 2. Moral. 3. Poder. 4. Filosofia alemã. I. Santos, João
Wilson Sobral. II. Título. III. Série.

CDD – 193.6

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
editorial

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês
Curitiba/PR – CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

João Wilson Sobral Santos

**A MORAL DA VONTADE DE PODER EM
NIETZSCHE**

SEGUIDO DE ANTI-DELEUZE

Appris
editora

Curitiba, PR

2026

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto Coelho Sara C. de Andrade Coelho	
COMITÊ EDITORIAL E CONSULTORIAS	Ana El Achkar (Universo/RJ) Andréa Barbosa Gouveia (UFPR) Antonio Evangelista de Souza Netto (PUC-SP) Belinda Cunha (UFPB) Délton Winter de Carvalho (FMP) Edson da Silva (UFVJM) Eliete Correia dos Santos (UEPB) Erineu Foerste (Ufes) Fabiano Santos (UERJ-IESP) Francinete Fernandes de Sousa (UEPB) Francisco Carlos Duarte (PUCPR) Francisco de Assis (Fiam-Faam-SP-Brasil) Gláucia Figueiredo (UNIPAMPA/ UDELAR) Jacques de Lima Ferreira (UNOESC) Jean Carlos Gonçalves (UFPR) José Wálter Nunes (UnB) Junia de Vilhena (PUC-RIO)	Lucas Mesquita (UNILA) Márcia Gonçalves (Unitau) Maria Margarida de Andrade (Umack) Marilda A. Behrens (PUCPR) Marília Andrade Torales Campos (UFPR) Marli C. de Andrade Patrícia L. Torres (PUCPR) Paula Costa Mosca Macedo (UNIFESP) Ramon Blanco (UNILA) Roberta Ecleide Kelly (NEPE) Roque Ismael da Costa Güllich (UFFS) Sergio Gomes (UFRJ) Tiago Gagliano Pinto Alberto (PUCPR) Toni Reis (UP) Valdomiro de Oliveira (UFPR)
SUPERVISORA EDITORIAL	Renata C. Lopes	
PRODUÇÃO EDITORIAL	Maria Eduarda Pereira Paiz	
REVISÃO	Luara Lima	
DIAGRAMAÇÃO	Lena Devonne	
CAPA	João Wilson Sobral Santos	
REVISÃO DE PROVA	Alice Ramos	

COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

DIREÇÃO CIENTÍFICA	Fabiano Santos (UERJ-IESP)	
CONSULTORES	Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB) Artur Perrusi (UFPB) Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB) Charles Pessanha (UFRJ) Flávio Munhoz Sofiati (UFG) Elisandro Pires Frigo (UFPR-Palotina) Gabriel Augusto Miranda Setti (UnB) Helcimara de Souza Telles (UFMG) Ireneide Soares da Silva (UFC-UFPI) João Feres Junior (Uerj)	Jordão Horta Nunes (UFG) José Henrique Artigas de Godoy (UFPB) Josilene Pinheiro Mariz (UFCG) Leticia Andrade (UEMS) Luiz Gonzaga Teixeira (USP) Marcelo Almeida Peloggio (UFC) Maurício Novaes Souza (IF Sudeste-MG) Michelle Sato Frigo (UFPR-Palotina) Revalino Freitas (UFG) Simone Wolff (UEL)

Seis mil pés acima do homem e do tempo.

(NF 11[141] de 1881)



*A meus pais, Maria José e José Wilson,
e minha esposa, Flávia Alves.*



LISTA DE ABREVIATURAS DAS OBRAS DE NIETZSCHE UTILIZADAS

- A – *Aurora*
AC – *Anticristo*
AFZ – *Assim falou Zaratustra*
AS – *O andarilho e sua sombra*
BM – *Além de bem e mal*
CI – *Crepúsculo dos Ídolos*
CW – *O Caso Wagner*
DS – *David Strauss: o confessor e o escritor*
EH – *Ecce Homo*
FP/NF – *Fragmentos Póstumos*
FT – *A filosofia na época trágica dos gregos*
GC – *Gaia Ciência*
GM – *Genealogia da Moral*
HH – *Humano, demasiado humano*
IDP – *Introdução ao estudo dos diálogos platônicos*
OS – *Opiniões e sentenças diversas*
NT – *O nascimento da Tragédia*
SE – *Schopenhauer como educador*
SFE – *Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino*
UDH – *Da utilidade e da desvantagem da história para a vida*
VM – *Sobre Verdade e Mentira em sentido extra-moral*



SUMÁRIO

PARTE I: A MORAL DA VONTADE DE PODER EM NIETZSCHE

APRESENTAÇÃO.....	15
-------------------	----

INTRODUÇÃO

NIETZSCHE: PANORAMA FILOSÓFICO E POSTULADOS METAÉTI- COS E ÉTICOS.....	23
---	----

CAPÍTULO 1

NIETZSCHE, MORAL, NORMATIVIDADE.....	43
--------------------------------------	----

CAPÍTULO 2

NIETZSCHE E A ÉTICA DAS VIRTUDES.....	57
2.1 <i>Virtù</i> e maquiavelismo	77
2.2 <i>Depois da virtude</i> : emotivismo sem naturalismo.....	87

CAPÍTULO 3

NIETZSCHE E O PERFECCIONISMO.....	97
3.1 Nietzsche e o perfeccionismo emersoniano	100
3.2 Nietzsche e a democracia agonística	110
3.3 A categoria de <i>metacrítica</i> de Losurdo.....	117
3.4 Liberalismo agonístico, <i>maximax</i> e, finalmente, realismo.....	124

CAPÍTULO 4

NIETZSCHE E O NATURALISMO MORAL	139
4.1 Realismo nietzscheano versus <i>Réalisme</i>	139
4.2 O naturalismo de Nietzsche, apesar de <i>Leiter</i>	151
4.3 Naturalismo, evolução e cultivo	163
Anexo: Nietzsche e o pensamento econômico	188

CAPÍTULO 5

NIETZSCHE E O IMORALISMO.....	193
5.1 Imoralismo e esteticismo.....	193

5.2 A dialética do imoralismo.....	202
5.3 Imoralismo e auto-deificação.....	209
5.4 Nietzsche entre Sade e Stirner	211
Epílogo I – Realismo e Imoralismo.....	216

PARTE II: ANTI-DELEUZE

VARIAÇÕES

CRÍTICAS SOBRE A LEITURA PÓS-MODERNA DE NIETZSCHE .. 221

1. A leitura liberal e o liberalismo aristocrático	223
2. A leitura “pós-moderna” (do existencialismo ao pós-estruturalismo)	235
3. “O niilista perfeito” (<i>vollkommene Nihilist</i>)	263
4. Nietzsche Heidegger como “ponto de inflexão” (<i>Drehscheibe</i>) “pós-moderno”	278
Epílogo II – Anti-Deleuze.....	294

REFERÊNCIAS.....301

Obras de Nietzsche	301
Bibliografia secundária	302

PARTE I

A MORAL DA VONTADE DE PODER EM NIETZSCHE



Apresentação

Desde o início da recepção geral da obra de Nietzsche, é seguro dizer que ela suscitou polêmicas e interpretações antagônicas, seja por conta de seu pensamento complexo e/ou contraditório, seja por conta de leituras politicamente enviesadas ou também “despolitizadas”, seja ainda por muitas outras circunstâncias. Já na última década do século XIX, na qual nada produziu devido ao estado catatônico que antecedeu sua morte em 25 de agosto de 1900, Nietzsche começou a acumular discípulos, simpatizantes, críticos desconfiados e verdadeiros inimigos. É bem conhecida a incorporação de seus conceitos pelas ideologias nazista e fascista, e, depois, surpreendentemente ou não, sua quase unânime reabilitação pela chamada “contracultura” e por certa tendência filosófica bastante influente por sua iconoclastia e aparência libertadora — fenômenos que podem ser reunidos sob a ideia de “pós-modernidade”, sem maiores preocupações terminológicas por enquanto. Atualmente, essa reabilitação continua vigente, hegemônica, sobretudo no interior dos círculos acadêmicos especializados em Nietzsche, seja no Brasil, seja internacionalmente.¹ Mas ela vem sendo cada vez mais disputada por um crescente aparecimento de estudos críticos², embora boa parte deles ainda venha de “fora” daqueles círculos, isto é, através de abordagens

¹ Isso não equivale a dizer que os círculos acadêmicos especializados em Nietzsche atualmente são todos “pós-modernos”, mas que esta tendência deixou marcas profundas tanto na escola analítica quanto na continental, e naquilo que a recepção brasileira herdou dessas escolas; tampouco que a interpretação diretamente conservadora ou reacionária tenha desaparecido — ela provavelmente vem crescendo novamente na esteira do recente recrudescimento das ideologias de extrema direita e neofascistas. Cf. GOMEZ VILLAR, Antonio. F. Nietzsche en la Alt-right: una apropiación distorsionada. *Recerca. Revista de Pensament i Anàlisi*, v. 29, n. 1, p. 1-17, 2024.

² Alguns exemplos: DETWILER, Bruce. *Nietzsche and the politics radicalism of aristocratic*. Chicago, EUA: The University of Chicago Press, 1991; ALAIN BOYER et al. *Pourquoi nous ne sommes pas nietzschéens*. Paris, FRA: Bernard Grasset, 1991; WAITE, Geoff. *Nietzsche's Corps/e: Aesthetics, Politics, Prophecy, or, The Spectacular Technoculture of Everyday Life*. Durham, EUA: Duke University Press, 1996; APPEL, Fredrik. *Nietzsche contra democracy*. Ithaca, EUA: Cornell University Press, 1999; LOSURDO, Domenico. *Nietzsche, il ribelle aristocratico: biografia intellettuale e bilancio critico*. Torino, ITA: Bollati Boringhieri, 2002; DOMBOWSKY, Dom. *Nietzsche's Machiavellian politics*. Londres, GB: Palgrave Macmillan, 2004; REHMANN, Jan. *Postmoderner Links-Nietzscheanismus: Deleuze & Foucault. Eine Dekonstruktion*. Hamburgo, DE: Argument Verlag GmbH, 2004; MONVILLE, Aymeric. *Misère du nietzschéisme de gauche. De Georges Bataille à Michel Onfray*. [S.l.]: Aden Belgique, 2007; VARELA, Gonzalez. *Nietzsche contra la democracia: el pensamiento político de Friedrich Nietzsche (1862-1872)*. Barcelona, ES: Montesinos, 2010; McMANUS, Matthew. *Nietzsche and the Politics of Reaction. Essays on Liberalism, Socialism, and Aristocratic Radicalism*. Londres, GB: Palgrave Macmillan, 2023; TUTT, Daniel. *How to Read Like a Parasite. Why the Left Got High on Nietzsche*. Londres, GB: Watkins Media, 2024.

mais ancoradas na história ou na política, não diretamente na filosofia. Assim, um dos principais objetivos do presente livro é contribuir para a leitura crítica de Nietzsche, desde “dentro” de sua filosofia, fornecer uma crítica imanente de seu pensamento que possa enriquecer a crítica política do mesmo.

O foco deste livro é a moral em Nietzsche, mas não é segredo que a moral praticamente constitui o tema central da filosofia nietzscheana. Contra a ideia de que esse tema central seria a arte, é preciso dizer que Nietzsche não é nenhum mero esteticista ou padroeiro dos artistas, e que *ele subordina a arte à moral, e esta à política, mas segundo critérios naturalistas filosoficamente fundamentados*. Para empreender, portanto, uma crítica imanente da filosofia nietzscheana, dentre muitos métodos possíveis, optei por um engajamento crítico belicoso e quase neurótico com a leitura hegemônica da moral e de tópicos correlatos em Nietzsche, tal como ela tem sido realizada por boa parte da literatura secundária, em algumas de suas principais correntes. A contrapelo dessas leituras, defendo a tese de que há uma inegável imbricação conceitual-política entre a **vontade de poder** (mas também o **eterno retorno do mesmo**, que não será tão enfatizado) e o **aristocratismo/elitismo/platonismo** em Nietzsche. A crítica da leitura hegemônica segue duas orientações básicas: 1) considerar com razoável profundidade os pressupostos ontológicos e epistemológicos que baseiam o conjunto da obra nietzscheana e como influenciam suas propostas éticas; 2) considerar, na sua radicalidade, a tese da vontade de poder, tanto sob o aspecto de seus pressupostos filosóficos quanto sob o aspecto de suas implicações ético-políticas.³ Mas aqui não será o caso de repetir a acusação de precursor do nazi-fascismo contra Nietzsche – esta acusação é “fácil”, em que pese toda a complexidade da questão. *Por implicações ético-políticas, temos em vista o quanto a vontade de poder é adaptável aos paradigmas políticos liberais que inspiram a leitura hegemônica de Nietzsche.*⁴

Ora, quando essa leitura simplesmente não omite ou minimiza o profundo caráter político da filosofia nietzscheana, tenta aproximá-lo

³ Respectivamente estes aspectos podem ser designados como metaética e ética normativa.

⁴ A ideia geral é que a obra de Nietzsche é atravessada por amplos movimentos históricos: no seu reacionarismo anti-revolucionário e anti-moderno conjugam-se tanto tendências anticapitalistas românticas quanto imperialistas, frequentemente metamorfoseadas nos termos de uma autocrítica da ideologia liberal. Assim, qualquer ligação direta entre Nietzsche e o nazifascismo é, no mínimo, uma ligação precipitada e encurtada, apesar de coerente. De resto, pressupomos, sem desenvolvê-la, a tese de um campo de interseção e solidariedade entre liberalismo e fascismo.

do pluralismo democrático liberal; quando não visa à “despolitização” – como se isso fosse possível, visa à domesticação do político em Nietzsche através de categorias geralmente extraídas do chamado *liberalismo democrático*.⁵ E aí reside um imenso problema, que foge ao escopo desta pesquisa: a pressuposição de uma equivalência entre as categorias do liberalismo e os valores da democracia. Essa equivalência não resiste nem ao escrutínio histórico, nem ao filosófico-conceitual, e provavelmente existe apenas como um dos dispositivos ideológicos centrais responsáveis pela manutenção do modo de reprodução social capitalista. Frequentemente, aliás, o liberalismo revela suas propensões antidemocráticas e, não raro, fascistas⁶. Logo, a leitura liberal tem, sim, uma cumplicidade perversa, às vezes ingênua, com a forma pela qual Nietzsche conscientemente manipula a retórica liberal: ou ela mesma sabotagem suas boas intenções, ou acaba mal-disfarçando posições elitistas e não igualitárias, ou simplesmente as endossa mais ou menos abertamente. Claro que muitas dessas leituras são prevenidas o suficiente para se isentarem de uma interpretação rigorosa de Nietzsche e se dizem apenas inspiradas na sua filosofia. Algumas, não poucas, chegam a sugerir correções a Nietzsche para que então fosse liberado ou revelado o potencial liberal latente em sua filosofia (nos EUA, Mark Warren⁷ parece ser um dos primeiros a fazer isso, rapidamente seguido por muitos). E existem aquelas que mutilam a filosofia de Nietzsche com maior ou menor facilidade, pegando o que for mais fácil de adaptar, deixando de lado partes mais complicadas. Este livro tem, portanto, o compromisso não só de criticar tais leituras, mas de fazê-lo a partir de uma reconstrução integral da filosofia nietzscheana, que demonstre que ela possui, não obstante suas diferentes fases, *uma orientação política radical e filosoficamente fundamentada do início ao fim*.⁸

⁵ Como veremos na Parte II, há toda uma tradição de recepção do pensamento nietzscheano ao longo do século XX, sobretudo francesa, responsável pela tradução dessas categorias em conceitos filosóficos.

⁶ Sobre o problema de igualar liberalismo e democracia, Cf. SCAVO, Davide Giacobbo. Uma análise crítica da relação entre liberalismo e democracia – Entrevista com Domenico Losurdo. *Crítica Marxista*, v. 39, p. 173-183, 2014. Sobre o devir fascista do liberalismo, Cf. MORAES, João Quartim de. Liberalismo e fascismo, convergências. *Crítica Marxista*, v. 8, n. 6, p. 11-42, 1999.

⁷ Cf. WARREN, Mark. *Nietzsche and Political Thought*. Cambridge: The MIT Press, 1988.

⁸ Dentro da mencionada linha de estudos críticos da filosofia nietzscheana, são várias as leituras que compartilham desta posição e com as quais o presente trabalho guarda afinidade intelectual, por exemplo, do já bastante conhecido livro de Domenico Losurdo, *Nietzsche, o rebelde aristocrata* (2009[2002]), que compreende Nietzsche como um filósofo *totus politicus*, ao recente livro de Daniel Tutt, *How to read like a parasite* (2024), que insiste na tese de que a filosofia de Nietzsche tem um centro e uma continuidade.

Na Introdução, a ideia é fornecer um panorama geral da filosofia nietzscheana a partir da leitura crítica de *Ceticismo e vida contemplativa em Nietzsche* (2008), de Rogério Lopes. A escolha deste interlocutor inicial tem várias razões: trata-se de um dos mais renomados intérpretes e especialistas brasileiros em Nietzsche da atualidade, cujos trabalhos sempre esbanjam um excelente nível de detalhamento, rigor metodológico e equilíbrio bibliográfico (fontes primárias, publicadas e póstumas, secundárias, estudo das fontes etc.). Além disso, nos anos seguintes à obra referida, seu autor dedicou-se, com as mesmas qualidades, à questão da normatividade em Nietzsche, produzindo artigos, organizando dossiês relacionados ao tema e orientando diversos novos pesquisadores, alguns dos quais também presentes neste trabalho. Com a leitura crítica de *Ceticismo e vida contemplativa em Nietzsche* (2008), procuramos reter as linhas gerais dos pressupostos ontológicos e epistemológicos de Nietzsche, de seu desenvolvimento à versão madura, a qual proponho considerar como a versão definitiva, por se mostrar a radicalização de uma determinada tendência política presente em toda sua trajetória. Isso significa que, no fim das contas, afasto-me da tese nuclear de Lopes, que é quase a narração de um turbulento romance entre Nietzsche e o ceticismo: após o prolongado flerte “proibido” com o ceticismo (epistemológico e metódico), o namoro assumido com a forma de vida cética na época de *Humano, demasiado humano*, o progressivo afastamento e separação na fase madura (uma espécie de “traição” com a política), até o derradeiro reencontro nas obras do último ano (1888). Longe de ironizar, a analogia a um romance serve para admitir que a leitura aqui proposta da continuidade, fortalecimento e radicalização de uma mesma tendência política ao longo da obra de Nietzsche certamente sacrifica muitos aspectos significativos e mesmo o drama não só biográfico, mas intelectual do filósofo. De todo modo, busco argumentar no sentido de que esses aspectos são absorvidos pela regularidade e veemência última das reivindicações políticas de Nietzsche, culminadas na vontade de poder, conceito pouco investigado por Lopes e operador de uma espécie de *superação* ou *assimilação do ceticismo* – melhor dizendo, sua **transvaloração** – em prol do que Nietzsche chamou de “ceticismo da força” e que designa bem seu *maquiavelismo normativo*.

Terminando com um breve adiantamento de alguns postulados metaéticos e éticos da filosofia nietzscheana que serão testados nas

discussões críticas posteriores,⁹ a Introdução procura estabelecer um panorama geral da filosofia de Nietzsche já marcado pela perspectiva da superação ontológica e política do ceticismo, isto é, já da perspectiva metaética e normativa da vontade de poder (em sua significação ampla para toda a obra nietzscheana). Nesses termos, a Introdução contém os parâmetros para a análise crítica, na **Parte I**, de algumas das principais correntes interpretativas acerca dos sentidos metaético e ético da filosofia nietzscheana, quais sejam, a ética das virtudes (Capítulo 2), o *perfeccionismo* (Capítulo 3), o *naturalismo* (Capítulo 4), o *imoralismo* (Capítulo 5). Antes, porém, preparatoriamente, o Capítulo 1 retoma as leituras de Paul van Tongeren e Rogério Lopes para colocar a questão fundamental: *o desvio que se impõe à esmagadora maioria dos intérpretes no momento de passar dos pressupostos ontológicos e epistemológicos de Nietzsche à sua moral*. Van Tongeren expõe com exatidão a ligação entre metaética e ética em Nietzsche, para depois recuar para uma *aporia* (que remete ao *antagonismo* em Müller-Lauter) e ainda assim tentar buscar orientações em virtudes supostamente nobres, coletadas livremente em Nietzsche. Lopes, mais cauteloso, procura inferir uma normatividade possível a partir das críticas de Nietzsche à moral hegemônica, mas também se detém diante de uma suposta *oscilação* entre consequencialismo e não consequencialismo em Nietzsche. Desde essas importantes contribuições e ao longo dos demais capítulos, trata-se não só de colocar a questão deste verdadeiro tabu, mas também de expor e criticar seus pressupostos e contradições. Por exemplo, no caso de van Tongeren, a preferência por restringir a ética nietzscheana ao antagonismo pluralista, no caso de Lopes, mais circunspecto, a resoluta rejeição das posições políticas de Nietzsche, que o afastam de pensar as ligações insidiosas entre a vontade de poder e a proposta ética efetiva de Nietzsche.

A **Parte II**, intitulada *Anti-Deleuze*, de modo abertamente polêmico, mas não meramente retórico, propõe epitomizar na interpretação deleuzeana os problemas e insuficiências diagnosticados na tradição interpretativa analisada na primeira parte, articulação que também depende de uma ampla significação e situação de tal interpretação no contexto histórico-filosófico da recepção francesa de Nietzsche, culmi-

⁹ Assim, procurou-se atender ao requisito colocado por Lopes: “Sem um esclarecimento prévio de suas posições em metaética torna-se difícil, embora não impossível, uma adequada compreensão de algumas de suas objeções à ética normativa tal como ele a encontrou formulada nas teorias deontológica e utilitarista” (Lopes, 2013, p. 104).

nando na abordagem dita “pós-moderna”. Longe de ser uma exclusividade francesa, os cinco movimentos da segunda parte procuram mostrar os transbordamentos e interconexões dessa abordagem, guardando um lugar em alguma medida precursor para Heidegger, a despeito de sua visão de Nietzsche, e revisitando criticamente as leituras de Ansell-Pearson e Jürgen Habermas.

Nas páginas seguintes, principalmente através do diálogo crítico com a interpretação hegemônica de uma extensa — jamais exaustiva — literatura secundária, minha tese pode ser resumida na afirmação de que **Nietzsche vincula as instâncias da metaética e da ética normativa através do conceito de vontade de poder, entendido este conceito no sentido realista, naturalista e politicamente hierárquico (segundo o valor fundamental da dominação social) que lhe conferiu o próprio filósofo.** Em outras palavras, pretendo demonstrar o estatuto ontológico do realismo nietzscheano, que se situa *no limite* de suas investigações epistemológicas e empíricas, limite em que Nietzsche parece convencido de que o próprio real se constitui em função do valor vital e primordial do poder.

Esta pesquisa prescinde, não sem algum prejuízo, de uma discussão mais sistemática sobre os campos da Metaética e da Ética normativa. Presume-se um relativo conhecimento prévio de seus leitores a respeito do quadro geral em que se encontra o problema aqui abordado, a saber: uma vasta bibliografia segue proliferando e fornecendo diversas alternativas acerca da normatividade em Nietzsche (das quais analisaremos apenas algumas das mais representativas), precisamente por negar uma concepção metaética forte em Nietzsche ou por recusá-la, mesmo a reconhecendo, em nome de algum princípio político supostamente mais liberal e humanista. Assim, embora se concedam algumas ambiguidades, pacifica-se a ideia de um Nietzsche *irrealista* ou *antirrealista*, cuja ética seria flexível e aberta o bastante para acomodar diversas teorias sobre o valor ou os valores determinantes no âmbito das ações morais, uma vez que estes valores careceriam de qualquer *objetividade* na acepção plena do termo. Na contramão deste consenso, defendo que as condições de possibilidade da moral em Nietzsche dependem de pressupostos ontoepistemológicos gestados desde sua juventude, com vistas à superação da metafísica dualista, que ele identifica na tradição até Schopenhauer, por *um realismo naturalista, cujo valor fundamental é o da*

afirmação ou imposição vital, instantaneamente conversível no âmbito socio-político como poder e dominação. Em última instância, o poder é a pedra de toque que opera a transvaloração do *real*, da *objetividade* e da *verdade* para Nietzsche, de modo que seu realismo não reivindica o real — nem a objetividade, nem a verdade — da mesma forma que o realismo do senso comum ou empírico.

A alegação feita em *Crepúsculo dos Ídolos* de que “não existem absolutamente fatos morais” remete muito claramente *estes* fatos morais a “um estágio de ignorância em que falta inclusive o conceito de real”, a um estágio semelhante ao religioso, a uma má interpretação da realidade. Logo, Nietzsche reivindica uma melhor interpretação, mais verdadeira, que está além de bem e mal e tem *aqueles* fatos morais abaixo de si. Nietzsche reivindica a ótica da vida que *valora* através do humano, e deriva daí uma sintomatologia, uma tipologia. Assim, também a afirmação — feita “contra o positivismo”, é bom lembrar — de que não há fatos, somente interpretações (NF 7 [60] final de 1886 - primavera de 1887), precisa considerar o estatuto da *interpretação* para Nietzsche à luz de textos como BM 22, isto é, que para o filósofo as interpretações enquanto vontade de poder são mais factuais que os fatos do positivismo.

Metodologicamente, os objetivos da pesquisa não são alcançados mediante o modelo mais usual de circunscrição de tópicos e gradual acúmulo de resultados; eles são mutuamente processados do início ao fim do trabalho. Se, por um lado, isso pode causar uma sensação de cansaço diante da repetição de um mesmo argumento *ad nauseam* — ônus em boa parte acarretado pelo próprio teor do trabalho —, por outro lado, há um ganho enfático no constante reforço do argumento e a vantagem de demonstrar, precisamente do início ao fim, a imbricação entre ética normativa e pressupostos metaéticos em Nietzsche que a interpretação hegemônica insiste em escamotear. Por conseguinte, cumpre salientar que, não obstante o ininterrupto confronto com uma abundante literatura secundária, a exegese dos textos primários ocorre justamente em meio a esse confronto. Já o clima nietzscheaneamente belicoso, de poucos aliados teóricos entre intérpretes e comentadores, decorre em parte da vontade de propor uma tese politicamente comprometida, sem abrir mão do rigor filosófico. Tentar demonstrar, a partir dos pressupostos ontoepistemológicos da própria filosofia de Nietzsche, que ela produz uma normatividade pautada pela dominação social — via o

valor do poder — *em razão de tais pressupostos*, e não por alguma contingência cultural e/ou pessoal (o que não significa excluir a influência desses fatores), talvez possa contribuir para desmistificar apropriações superficiais, subjetivas, e, ao mesmo tempo, despertar para teorias mais concretas de transformação social, tão somente insinuadas ao longo do texto mediante citações ou menções esparsas de autores marxistas, do próprio Marx e de Hegel.